

REESTRUTURAÇÃO DA PM

Governo quer promover PMs com bom desempenho

Projeto de lei deve ser votado em regime de urgência na Assembleia Legislativa. Se aprovado, promoções serão por tempo e merecimento

Seguindo a reestruturação que já vem acontecendo na Polícia Militar, o governo do Estado quer mudar as regras de promoção para oficiais combatentes da PM e Corpo de Bombeiros.

Um projeto de lei, elaborado pelo alto Comando da Polícia Militar e Procuradoria-Geral do Estado, foi assinado pelo governador Paulo Hartung e encaminhado ontem à Assembleia Legislativa e deverá ser votado em regime de urgência. Ele está previsto para ser apresentado em sessão na manhã de hoje.

Atualmente, o critério para promoção é de antiguidade. Se o projeto de lei for aprovado, as promoções serão por antiguidade e merecimento, obedecendo a avaliações técnicas e profissionais.

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, disse que essas mudanças irão contemplar os policiais com bom desempenho. “Significa que os bons profissionais serão promovidos e os maus profissionais não serão promovidos. Ao todo, 95% dos oficiais serão promovidos normalmente.”

Ao explicar o que significa bom desempenho, o coronel respondeu: “Nós vamos conceituar o policial que desempenhar bem a profissão, que é comprometido e disponível, além de ter competência para solucionar os problemas. Agora, aquele



FERNANDO RIBEIRO - 25/02/2017

CORONEL NYLTON RODRIGUES afirmou que serão promovidos profissionais comprometidos, disponíveis e com competência para resolver problemas

que não está disponível, que é criador de problema, esse terá uma dificuldade para obter uma pontuação para a promoção.”

Será criada uma comissão com cinco integrantes, entre os quais o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, e o comandante-geral da PM, que ficará responsável em avaliar as promoções.

Mas no caso das promoções a

coronéis, a comissão fará a seleção de quem está apto, mas a escolha será do governador do Estado.

Para o subprocurador-geral do Estado para Assuntos Jurídicos, Alexandre Nogueira Alves, o projeto de lei vem também para modernizar a PM.

Questionado se a ideia do projeto surgiu somente após a crise da segurança, Alves disse que a mo-

NÚMEROS

Oficiais existentes

PATENTE	TOTAL
CORONÉIS	20
TENENTE-CORONÉIS	58
MAJORES	100
CAPITÃES	194
2º E 1º TENENTE	82
ASPIRANTES	42

dernização do sistema era necessária, já que a legislação vigente é da década de 1950.

O coronel Nylton salientou que o projeto de lei prevê mudanças nas promoções dos oficiais. Entretanto, não descartou alterações nas regras para os praças futuramente.

Associações protestam contra projeto de lei

Com surpresa e preocupação, o presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais (Assomes), major Rogério Fernandes Lima, recebeu a notícia do projeto de lei e falou sobre ele.

Ontem, o major esteve na Assembleia Legislativa do Estado (Ales) e pediu que o projeto não tramite em regime de urgência. Ele defende que primeiro o tema seja discutido amplamente com oficiais da PM e dos bombeiros militares.

“Causou estranheza que o assunto de tamanha relevância aos oficiais, que afeta diretamente suas carreiras, suas vidas e de seus familiares, não tenha sido discutido ou sequer apresentado previamente para conhecimento da oficialidade da PM e dos bombeiros.”

A assessoria jurídica da Assomes está avaliando medidas judiciais para preservar os direitos e garantias dos associados. “Amanhã (hoje), estaremos na Assembleia para evitar o atropelamento de uma legislação cinquentenária e que afeta instituições quase bicentenárias”.

Mulheres e familiares de PMs prometem que vão acampar em frente à Assembleia e alegam que não vão sair de lá até que os seus pedidos sejam atendidos pelo governador do Estado.



KADIDJA FERNANDES - 05/02/2017

MAJOR Rogério Fernandes Lima

SAIBA MAIS

Promoções vão ocorrer em 4 meses do ano

Critérios para promoções de oficiais da PM e Bombeiros

COMO É

> AS PROMOÇÕES ocorrem com o surgimento de vagas, pelo critério da antiguidade.

COMO FICARÁ

> SE O PROJETO de lei for aprovado, a promoção será gradual e irá contemplar bons policiais, obedecendo o critério de antiguidade e merecimento, levando-se em consideração avaliações técnicas e profissionais.

Comissão

> COMISSÃO, formada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, comandante-geral da PM, subcomandante da PM, chefe do Estado Maior Geral e corregedor da PM, irá avaliar se oficiais atendem os quesitos.

> A AVALIAÇÃO conceituando o oficial será preenchida de 6 em 6 meses.

Datas para promoções

COMO É

> COM O SURGIMENTO de vaga, a promoção ocorre em qualquer data.

COMO FICARÁ

> AS PROMOÇÕES, com exceção do posto de coronel, são efetuadas anualmente por antiguidade, merecimento e merecimento intelectual nas datas: 6 de abril (aniversário da PM), 25 de agosto (Dia do Soldado), 28 de outubro (Dia do Servidor Público) e 25 de dezembro (Natal).

As promoções serão efetuadas para os postos de:

> 2º TENENTE: integralmente por merecimento intelectual (é a ordem de classificação obtida a partir da média final após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais)

> 1º TENENTE: 3/4 (três quartos) por

antiguidade e 1/4 (um quarto) por merecimento;

> CAPITÃO: 2/3 (dois terços) por antiguidade e 1/3 (um terço) por merecimento;

> MAJOR: metade por antiguidade e metade por merecimento;

> TENENTE-CORONEL: 1/3 (um terço) por antiguidade e 2/3 (dois terços) por merecimento;

> CORONEL: a comissão fará a seleção dos tenentes-coronéis aptos à promoção e a lista será encaminhada ao governador, que fará a escolha.

Não será promovido quem

> ESTIVER RESPONDENDO a Conselho de Justificação ou Conselho de Disciplina; cumprindo pena decorrente de sentença de algum crime, entre outros motivos.

Fonte: Comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, e projeto de lei

Polícia vai investigar atestados médicos

O Comando-Geral da Polícia Militar vai investigar a veracidade de atestados médicos entregues por policiais durante e após a greve da corporação. A equipe de inteligência já investiga se houve algum médico que possa ter dado dispensa em grandes quantidades.

Somente na semana passada, mil policiais que atuam na Grande Vitória estavam afastados e 99% dos

KADIDJA FERNANDES - 06/02/2017



GARCIA: dispensas em apuração

casos eram referentes a problemas psicológicos, segundo o comandante-geral, coronel Nylton Rodrigues.

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, reconheceu que no início do retorno da PM às atividades houve muitas dispensas em função de estresse no qual estavam submetidos. Ele afirmou que há um acompanhamento diário da produtividade e indicadores de desempenho dos PMs.

O presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM-ES), Carlos Magno Dalapicola, disse que dar atestado não é fraude. “O médico tem autonomia para emitir atestado para qualquer profissional que constate incapacidade de exercer a atividade. Mas é preciso observar a quantidade de atestados emitidos.”

Ele disse que se for configurado fraude e houver denúncia, o CRM irá apurar.

Polícia

REESTRUTURAÇÃO DA PM

Reforço no policiamento em 76 bairros

Até sexta-feira iniciam os trabalhos de 695 PMs em três novas companhias criadas para atender Vitória, Vila Velha e Serra

Esperado por moradores e comerciantes, o reforço do policiamento em 76 bairros de Vitória, Vila Velha e Serra, anunciado na semana passada, deve começar a funcionar até a próxima sexta-feira.

Já o policiamento nos demais bairros ficará sob a responsabilidade dos batalhões da Polícia Militar de cada município.

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, disse que ontem foram publicados os nomes dos policiais que serão transferidos para atuar na 12ª Companhia Independente em Jardim Camburi (Vitória); na 13ª Companhia Independente, em Jabaete (Vila Velha) e na 14ª Companhia Independente, em Feu Rosa (Serra).

Somado, o efetivo dessas três unidades será de 695 PMs (trabalhando em regime de escalas), considerando os policiais que já atuam nesses bairros e o reforço que chegará dos batalhões.

Esse reforço também será feito por militares que pertenciam ao Batalhão de Missões Especiais (BME), que transformou-se em

Companhia Independente de Missões Especiais, e à Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), que foi descentralizada.

Ele disse que aspirantes recém-formados também irão atuar nessas companhias independentes.

O coronel Nylton destacou que foi ele quem escolheu os comandantes das três unidades, levando-se em consideração o critério do merecimento. São eles: capitão Carlos Magno de Oliveira Silva, para Jardim Camburi; major Márcio Vieira Hollanda para Jabaete e o major Maximiliano Werneck de Souza, para Feu Rosa.

“Quem assumiu o comando na Cia. Independente de Feu Rosa foi o major Werneck. Ele trabalhava no 6º Batalhão (Serra) e tem uma grande experiência, uma capacidade de gestão impressionante.”

Indagado se mesmo com o fim da greve na PM há uma crise interna, o comandante-geral justificou que o termo é outro. “Nesse momento de exceção, quando houve uma ruptura nos nossos valores, por exemplo, da hierarquia, da disciplina, do respeito, isso foi uma ferida profunda dentro da instituição.”

E completou: “Agora temos de resgatar valores, cuidar das feridas, motivar a tropa, que é aquilo que temos de mais valor. Não digo que vivemos uma crise. Estamos cuidando dos nossos machucados.”

Questionado se foi ameaçado durante a greve, o coronel finalizou: “Prefiro não falar sobre isso.”



14ª COMPANHIA Independente, em Feu Rosa, na Serra: unidade será comandada pelo major Maximiliano Werneck

NOVAS COMPANHIAS

Trabalho em três municípios

12ª Cia Independente (Vitória)

> **BAIRROS:** 15 (Aeroporto, Antônio Honório, Boa Vista, Goiabeiras, Jabour, Jardim Camburi, Jardim da Penha, Maria Ortiz, Mata da Praia, Morada de Camburi, Parque Industrial, Pontal de Camburi, Bairro República, Segurança do Lar e Solon Borges.

13ª Cia Independente (Vila Velha)

> **BAIRROS:** 24 (Balneário Ponta da Fruta, Barra do Jucu, Barramares, Cidade da Barra, Interlagos I, Interlagos II, João Goulart, Morada da Barra, Morada do Sol, Morro da Lagoa, Normilia da Cunha, Nova Ponta da Fruta, Ponta da Fruta, Praia dos Re-

cifes, Residencial Jabaete, Riviera da Barra, Santa Paula I, Santa Paula II, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães, 23 de Maio, Xuri).

14ª Cia Independente (Serra)

> **BAIRROS:** 37 (Alterosas, Bairro das Laranjeiras, Bairro Novo, Boa Vista II, Boulevard Lagoa, Castelândia, Conjunto Jacaraípe, Costa Dourada, Costabella, Enseada de Jacaraípe, Estância Monazítica, Feu Rosa, Jardim Atlântico, Lagoa de Jacaraípe, Manguinhos, Marbella, Nova Almeida, Centro, Nova Zelândia, Ourimar, Parque Jacaraípe, Parque Residencial Nova Almeida, Parque Santa Fé, Portal da Jacaraípe, Praia Bela, Praia



CIA. Independente em Vitória

da Baleia, Praia de Capuba, Parque das Gaivotas, Praiamar, Reis Magos, Resid. Jacaraípe, São Francisco, São João, São Patrício, São Pedro, Serramar e Vila Nova de Colares).

Processos para demitir oficiais

O Estado abriu ontem, por decreto do governador Paulo Hartung, processo para avaliar a demissão de dois oficiais da Polícia Militar, que teriam envolvimento com a greve de 22 dias da PM.

São os tenentes-coronéis Carlos Alberto Foresti, preso no Quartel do Comando-Geral, e Alexandre Quintino Moreira, de Cachoeiro de Itapemirim. E outros novos ritos administrativos para avaliar a expulsão de oficiais vão ser abertos, segundo o Comando-Geral da PM.

O processo demissionário que vai avaliar a situação dos oficiais se chama Conselho de Justificação. Três oficiais vão analisar o caso do militar investigado e, se houver parecer favorável ao desligamento, cabe ao governador confirmá-lo.

A partir do momento em que passam a responder por esse processo, os tenentes-coronéis são afastados e têm parte do salário cortado, como as escalas especiais, conforme explicou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues.

O comandante, que optou pela



FORESTI E QUINTINO vão ter situação avaliada no Conselho de Justificação



discrição ao ser questionado sobre os casos de ambos, uma vez que terá de avaliá-los, revelou que outros processos demissionários de oficiais vão ser abertos.

Foresti e Quintino já respondem a Inquérito Policial Militar (IPM), junto com outros 2.578 PMs, por suposto crime de revolta e motim, podendo pegar até 20 anos de prisão.

Procurado pela reportagem, Quintino preferiu não se manifes-

tar, alegando que não foi intimado. Já a defesa de Foresti não foi encontrada para comentar o assunto.

Além dos oficiais, praças da PM já respondem a processos demissionários. São 235 militares, com menos de 10 anos de corporação, que estão com Processo Administrativo de Rito Ordinário (PADRO), e outros 36, com 10 anos ou mais de PM, que estão no Conselho de Disciplina.

Força-tarefa vai investigar crimes durante a greve

O Ministério Público do Estado (MP-ES) montou força-tarefa para investigar os crimes cometidos durante a greve da PM, que deixou 203 mortos ao longo de 22 dias, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

O procedimento para a investigação, que começará nesta semana, foi divulgado ontem no Diário Oficial. As apurações sobre os crimes vão acontecer em todo o Estado.

A força-tarefa será coordenada pelo promotor de Justiça Pedro Ivo de Sousa. Segundo ele, cerca de 100 promotores vão estar na empreitada, que terá ainda apoio do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

“Haverá atenção para todos os crimes, especialmente os que envolveram violência e grave ameaça”, explicou Sousa, coordenador geral da Força-Tarefa (FICP) do MP-ES.

O coordenador ainda explicou

que, se necessário, a força-tarefa também se incumbirá de apurar supostos crimes cometidos por policiais militares ao longo do movimento paredista.



PEDRO IVO: ação para investigar

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Eliane Proscholdt, Rafael Moura, Katherine Paiva e Tais de Hollanda

Polícia**REESTRUTURAÇÃO DA PM**

“Nós tivemos aqui um motim da Polícia Militar”

Afirmção é do ministro da Defesa, Raul Jungmann, que veio ao Estado para encerrar a missão da Força-Tarefa Conjunta Capixaba

Tais de Hollanda

“Nós tivemos aqui um motim por parte da Polícia Militar”. As palavras são do ministro da Defesa Raul Jungmann, anunciadas na cerimônia de encerramento da participação de militares que integravam a Força-Tarefa Conjunta Capixaba.

Ele salientou que o custo da operação foi de R\$ 37,5 milhões, que serão arcados pelos cofres federais. Divididos por 31 dias de ação programadas da tropa, significa que o gasto diário foi de R\$ 1,2 milhão.

O evento ocorreu na tarde de ontem, no 38º Batalhão da Infantaria e contou com a presença do comandante da Força-Tarefa Conjunta Capixaba, general Adilson Carlos Katibe, do governador do Estado, Paulo Hartung, do secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, do comandante da PM, coronel Nylton Rodrigues, e de outras autoridades.

No local estavam 1.500 militares do Exército, da Marinha, Aeronáutica e Força Nacional. Outros 950 estavam em policiamento nas ruas do Estado.

O ministro afirmou que o número de militares que atuou na operação foi de 3.456. No último final de semana, 1 mil regressaram para seus batalhões originais, outros irão até amanhã. No Estado vão permanecer 81 homens da Força-Nacional até o dia 27 deste mês.

Segundo os dados da operação, foram 38 missões e 11.645 abordagens. Um dos focos, segundo o ministro, foi atenção a incêndio a ônibus – pelo menos seis casos na Grande Vitória e interior.

“Notamos que os incêndios



RAUL JUNGMANN e general Katibe oficializaram o término das operações das tropas federais no Espírito Santo

usualmente eram feitos por dois ou três em cima de uma moto. Então todo motoqueiro imediatamente nas imediações eram abordados. Os ataques ocorreram até o dia 18 de fevereiro”, explicou Jungmann.

Ele parabenizou a atuação do comandante da Força-Tarefa, de autoridades e militares. “Como gostaria de apertar a mão de cada um de vocês e dizer: ‘Missão cumprida’”, disse o ministro aos militares.



NO evento, estiveram 1.500 homens

Desafio de reduzir mortes

Um dos desafios que a Força-Tarefa Conjunta Capixaba enfrentou foram os assassinatos. Somente no dia 6 de fevereiro, data em que a Força Nacional chegou ao Estado, houve registro de 41 homicídios.

Fevereiro foi encerrado com um total de 226 mortes, sendo 203 somente durante a greve da PM – do dia 4 a 25. Já nos cinco primeiros dias deste mês, 23 pessoas foram mortas de forma violenta, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

O ministro da Defesa, Raul Jungmann afirmou que desde a chegada da Força-Tarefa houve queda. “Vimos um pico, mas o número de mortes se normalizou”.

Oitenta e um militares da Força Nacional vão permanecer no Estado até o dia 27, para auxiliar no período de retorno da PM, conforme

publicado em **A Tribuna**.

O comandante da Força-Tarefa Conjunta Capixaba, general Adilson Carlos Katibe, agradeceu ao povo capixaba pela ajuda e vai receber às 14 horas de hoje, do governador Paulo Hartung a comenda Jerônimo Monteiro, em cerimônia no Palácio Anchieta.

OS NÚMEROS

203 mortes ocorreram durante greve da PM

27 de março

é o dia em que os últimos 81 homens da Força Nacional deixam o Estado

SAIBA MAIS**Custos**

- > **O CUSTO** da presença da Força-Tarefa Conjunta Capixaba no Estado é de R\$ 37,5 milhões. O custo será pago pelo governo federal.
- > **O MINISTRO** da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que entre os gastos estão 67 mil toneladas de óleo diesel, a mesma quantidade de querosene de aviação, e gastos com alimentação, saúde, equipamentos, serviço diversos desde lavanderia e outros.

Ação

- > **FORAM** empregados 3.169 homens das Forças Armadas, sendo 2.637 do Exército, 382 da Marinha e 150 da Força Aérea Brasileira, e mais 287 da Força Nacional – 3.456 ao todo.
- > **FORAM** 227 viaturas, sete blindados e quatro helicópteros.
- > **AO TODO** foram 38 operações, 11.645 abordagens, 108 prisões e foram realizadas 1.585 missões de patrulhamento.
- > **ENTRE** as ações estavam reconhecimento aéreo e terrestre. Foram 260 horas de voo.
- > **UM DOS OBJETIVOS** era manter segurança de terminais rodoviários. Foram realizadas escolta de ônibus, segurança de estruturas estratégicas e busca e apreensão.
- > **ATÉ** o próximo dia 27, ficam no Estado 81 homens da Força Nacional para garantir segurança durante retomada das atividades dos PMs.

Anistia

- > **JUNGMANN** afirmou que há uma decisão do presidente Michel Temer que não permite anistia para movimentos como o dos PMs no Estado. “E não é por retaliação, não é por revanchismo. É porque, de fato, a constituição não permite”, afirmou.

Acusado de roubo é amarrado com fios

Após assaltar uma padaria, um estudante de 17 anos foi perseguido e amarrado com fios pelas mãos e pés, em Vila Capixaba, Cariacica. O acusado declarou que chegou a ser agredido por moradores da região.

Ele rendeu a dona do estabelecimento, 42, fingindo que boné era uma arma e pegou R\$ 300 no caixa.

O menor e a vítima foram levados à 4ª Delegacia Regional de Cariacica. Ele confessou o crime, foi autuado por roubo e levado para unidade socioeducativa.